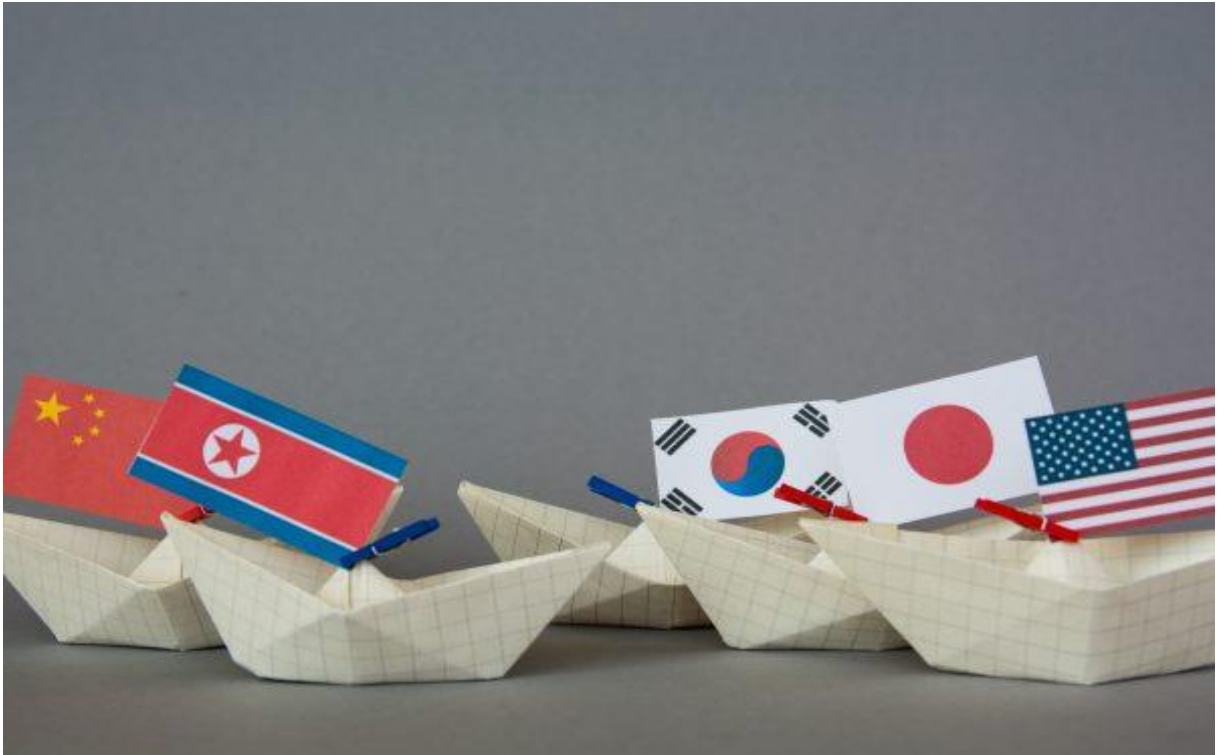


O JAPÃO ENTRE O ESCUDO E A ESPADA: O ENTORNO REGIONAL COMO IMPULSIONADOR DA SUA REMILITARIZAÇÃO

Maurício Luiz Borges Ramos Dias¹⁴

Alice Dandára Frazão dos Santos¹⁵

Juliana Haniu¹⁶



Fonte: Tiezzi (2023).

Na contemporaneidade, a Ásia Oriental é uma região permeada por tensões militares e, consequentemente, diplomáticas. Em sua complexa arquitetura de segurança, tem-se: o desenvolvimento militar da República Popular da China e sua ascensão hegemônica em contraposição à atuação estadunidense; a instabilidade da península coreana, haja vista o incremento nuclear e o número de testes balísticos da República Popular Democrática da Coreia; e, também, o envolvimento dos Estados Unidos para evitar a perda de sua influência na

¹⁴ Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP - UNICAMP - PUC-SP) e graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Pesquisador do Observatório de Conflitos, do Grupo de Estudos de Índia e Ásia Oriental e do Observatório de Regionalismo, bem como pesquisador-associado da Curadoria de Assuntos do Japão da CEÁSIA-UFPE. Foi integrante da delegação brasileira no programa japonês *Ship for World Youth - SWY 32* e é membro da SWYAA Brasil. E-mail: mauriciolbrdias@gmail.com.

¹⁵ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Pesquisadora do Observatório de Conflitos. E-mail: dandara.santos@unesp.br

¹⁶ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Pesquisadora do Observatório de Conflitos e do Observatório de Política Exterior. E-mail: juliana.haniu@unesp.br.

Ásia. Não obstante, esse quebra-cabeça ainda tem uma importante peça que está se reajustando frente às mudanças geopolíticas de seu entorno regional, o Japão.

Em meio a esses escalonamentos na área da segurança internacional, é interessante notar determinadas particularidades do Japão. Dentre elas, primeiramente, cita-se o artigo 9º da Constituição japonesa de 1947, na qual o Estado nipônico abdicou de forma “exata” o uso da livre beligerância como seu direito soberano (JAPÃO, 2012). A partir dessa característica que embasa o pacifismo japonês, a Terra do Sol Nascente pautou sua agenda de segurança, por meio das Forças de Autodefesa, criadas em 1954, com capacidades militares apenas para a proteção do território nacional e uma política externa tradicionalmente alinhada aos Estados Unidos, os quais se tornaram responsáveis por sua defesa (DIAS, 2019).

No entanto, as mudanças geopolíticas encaminhadas pelo fim da Guerra Fria, paulatinamente, direcionaram a visão japonesa a um novo horizonte para além do pacifismo e voltado à remilitarização. O processo de renascimento militar do Japão iniciado na década de 1990 e impulsionado, anos depois, pelo segundo mandato do primeiro-ministro Shinzō Abe (2007-2008/2012-2020), além de acontecimentos internacionais, como a Guerra do Golfo (1990-1991), a Guerra ao Terror a partir de 2001 e a atual imprevisibilidade militar da Ásia Oriental, estimularam a nação japonesa a novas abordagens de inserção internacional cada vez mais robustas (OROS, 2017).

Dessa forma, com um olhar na contemporaneidade, esse artigo questiona: afinal, de que maneira as tensões geopolíticas da Ásia Oriental influenciaram na intensificação da remilitarização do Japão a partir de 2012? Como hipótese inicial, estima-se que um dos fatores determinantes para essa guinada foi o entorno regional nipônico, caracterizado por suas instabilidades e disputas geopolíticas desafiadoras, que promoveu readaptações militares do Japão. Sendo assim, apresenta-se como objetivo geral compreender como as tensões geopolíticas promoveram o aprofundamento das políticas militares japonesas. Além disso, esse trabalho possui como objetivo específico depreender as respostas da cooperação trilateral entre Japão, Estados Unidos e Coreia do Sul frente ao cenário de intensificação de tensões de 2022.

As maiores mudanças ocorreram principalmente durante o segundo mandato do governo do primeiro-ministro Shinzō Abe. Segundo Brites (2018), Abe buscava um retorno do protagonismo japonês tanto no aspecto econômico quanto no militar, sendo que suas intenções giravam em torno de transformar o Japão em um país voltado à integração regional, além de uma maior concertação contra a China e a Coreia do Norte. Mas como o Japão daria um direcionamento mais acentuado rumo à sua remilitarização? Para além dos interesses e da predisposição de Abe em avançar nesse caminho, a conjuntura regional que se apresentava

expunha, essencialmente, a vulnerabilidade do Japão a um ambiente de segurança em deterioração.

Regionalmente, esse cenário era manifestado diante da nuclearização e testes balísticos imprevisíveis da Coreia do Norte, bem como perante a expansão militar marítima da China que tencionava disputas territoriais e promovia uma percepção japonesa de insegurança. Em relação à Coreia do Norte, que vem ampliando o seu arsenal nuclear, Shinzō Abe apontou, em 2017, para o perigo desse país não fazer parte do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Já concernente à potência chinesa, para apresentarmos uma relação causal que vá além do mal-estar japonês causado pela expansão militar chinesa, em especial as de caráter marítima no Mar do Sul da China, tornou-se interessante realizar, primeiro, reflexões sobre a relação japonesa com o seu longínquo aliado, os Estados Unidos.

Como Buzan (2003) ressalta, os Estados Unidos precisam da aliança japonesa para se manter enquanto potência na Ásia, ao passo que o governo japonês entende que enquanto esse país estiver na região para contrabalancear a China, ele não precisa gastar tanta energia para fazer o mesmo. Ademais, o governo estadunidense é capaz de influenciar a região no sentido de projetar normas de não proliferação nuclear e ainda cultivar o Japão como aliado dependente de sua proteção externa. Nessa posição, portanto, o governo japonês está de certa forma protegido de seus vizinhos. No entanto, essa disposição estadunidense não ocorre gratuitamente, haja vista que os Estados Unidos solicitam que o país se comprometa com a aliança, inclusive com pressões de uma maior atuação no âmbito militar como visualizado, nitidamente, no governo de Donald Trump (2017-2021) (CARLETTI; DIAS 2020).

Diante desse contexto regional, Abe procurou, além de aprofundar sua aliança com os Estados Unidos, uma maior parceria com a Austrália e a Índia, inclusive com a realização de exercícios militares em conjunto. Essas alianças na Ásia-Pacífico tinham o objetivo de isolar a China, que representava uma ameaça, principalmente devido ao fato do Japão disputar as ilhas Senkaku/Diaoyu com o país, ambas localizadas no Mar da China Oriental (BRITES, 2018). Tóquio controla as ilhas oficialmente, após comprá-las de um proprietário privado em 1972, o que gerou fortes reações negativas da população chinesa e de Pequim que disputa sua soberania há décadas (HUGHES, 2017). Nesse contexto, a China contestou a aquisição e protestou diplomaticamente. Desde esse momento, as tensões escalaram na região, com ambos os países, por vezes, realizando exercícios militares em tom de ameaça.

Os atritos pioraram em 2013 quando a China estabeleceu a Zona de Identificação de Defesa Aérea (ADIZ) no Mar do Leste da China. A ADIZ abrange o território disputado pelos países, o que representou uma mudança na perspectiva japonesa em relação à segurança no

contexto regional. A partir desse momento, Abe iniciou uma ampliação do movimento de afastamento em relação ao país, assim como enfatizou a retórica nacionalista anti-China. Esse nacionalismo anti-China foi intenso no partido do primeiro-ministro, o Partido Liberal Democrata (PLD), que enxergava que o renascimento do Japão enquanto protagonista asiático necessitava do estabelecimento de uma postura de autoafirmação frente aos seus vizinhos (BRITES, 2018).

A questão preocupante é que o nacionalismo japonês e o nacionalismo chinês se retroalimentam, o que significou que à medida que a China reagia às atitudes japonesas, a pauta anti-China era reforçada no Japão. Diante desse cenário, Brites (2018) afirma que devido às atitudes mais agressivas da China no Mar do Leste Oriental, a perspectiva japonesa de romper com as restrições militares constitucionais era fortalecida a fim de lidar com a nova conjuntura internacional.

Foi diante desse contexto nacional e internacional que o Japão passou por um processo de afastamento da sua visão mais institucionalista da ordem internacional e optou por adotar uma postura mais pragmática. Consequentemente, Shinzō Abe acelerou o processo de aprofundamento das capacidades militares japonesas, em contraposição ao ambiente regional. Dentre essas diversas medidas, podemos citar, em 2013, a oficialização do Conselho de Segurança Nacional e a inauguração da Estratégia de Segurança Nacional; no ano de 2014, a adoção dos Três Princípios de Exportação de Defesa e Tecnologia que permitiram ao Japão expandir suas possibilidades de vender armas; em 2015, a aprovação das Diretrizes para a Cooperação em Defesa entre Japão e Estados Unidos, bem como a reinterpretação do artigo 9º da Constituição do Japão que passaria a permitir a autodefesa coletiva¹⁷; e, por fim, a criação de novas Diretrizes Nacionais do Programa de Defesa de 2018, que já haviam sido atualizadas cinco anos antes, frente à incerteza de Abe quanto ao compromisso de Trump em proteger o país nipônico em caso de necessidade (CARLETTI; DIAS, 2020; DIAS, 2019).

Mas onde se encaixaria a cooperação trilateral entre Japão, Estados Unidos e Coreia do Sul? Ao passo que Shinzō Abe aprofundou intensos embates bilaterais com o Estado sul-coreano durante a sua gestão, um maior fôlego dessa relação trilateral foi identificado, especialmente, em 2022. Isso foi propiciado pelas ameaças que começaram desde o início do ano, quando a Coreia do Norte testou 7 mísseis em Pyongyang apenas em janeiro.

¹⁷ Através do uso da autodefesa coletiva, o Japão pode enviar suas forças militares para além do território nacional e participar de conflitos, desde que o direito à vida, à liberdade e à busca pela felicidade da sua população esteja sob risco em um ataque armado em outro Estado (HUGHES, 2017). Além disso, o Japão se restringe a usar o mínimo de força necessário para proteger esses direitos.

Dessa forma, paulatinamente, ao passo que a Coreia do Norte atingiu o seu número recorde de lançamentos balísticos em um ano, inclusive com capacidade intercontinental de atingir o Japão (SHIN, 2022), a imprevisibilidade norte-coreana promoveu o fortalecimento da cooperação trilateral. Destaca-se ainda que esse movimento seria não somente uma reação à atuação norte-coreana, mas também um resultado da eleição do presidente sul-coreano Yoon Suk-Yeol (2022-atualmente) e dos candidatos conservadores que assumiram após as eleições de 2022, o que abriu espaço para uma nova possibilidade de relação sul-coreana mais orientada aos Estados Unidos e um distanciamento com a China.

Neste sentido, desenvolveu-se a colaboração trilateral, possuindo um maior enfoque e desenvolvimento após as ameaças de mísseis pela Coreia do Norte em novembro de 2022. No dia 13 desse mesmo mês, houve um encontro entre os presidentes sul-coreano, Yoon Suk-Yeol, o estadunidense, Joe Biden (2021-atualmente), e, por fim, o primeiro ministro japonês, Fumio Kishida (2021-atualmente) que teve como principal pauta a série de lançamentos de mísseis norte-coreanos nas últimas semanas. O encontro que aconteceu no Camboja adotou várias diretrizes, sendo um deles o acordo entre os três países de que manteriam dados atualizados em tempo real sobre lançamentos de mísseis (SHIN, 2022). Também durante a conversa ficou acordado que os Estados Unidos fornecerão o suporte necessário para a defesa da Coreia do Sul (ANADOLU AGENCY STAFF, 2022).

A forma com que os países componentes da aliança se comunicam com a Coreia do Norte também tem se mantido a mesma desde sempre. Ou seja, a imposição de maneiras de “como a Coreia do Norte deveria agir” sem sequer alguma condição interessante para todas as partes, além da imposição de sanções, sem a possibilidade de um acordo, o que prolonga as tensões regionais, ao passo que o país norte-coreano já prometeu que irá focar em reforçar suas armas nucleares sem sequer direito a negociação (SHIN, 2022). Neste encaminhamento, podemos mencionar que as sanções impostas pelos três países à Coreia do Norte no dia 1 de dezembro de 2022 (JACOBS; MARLOW, 2022) só mostram ainda mais a fortificação da aliança entre Japão, Estados Unidos e Coreia do Sul, buscando forçar o governo norte-coreano a atuar de acordo com o jogo de negociação dos integrantes da aliança.

Sendo assim, conforme Mitch Shin (2022, s/p, tradução nossa) “o que deveria ser levado em consideração pelos três líderes nas próximas reuniões é a falta de introdução de novas medidas para resolver o conflito com diplomacia e diálogo”.¹⁸ Porém, ao contrário do sugerido,

¹⁸ “What should be noted following the meetings of these three leaders is that they are not introducing any new measures to resolve the conflict with diplomacy and dialogue”.

a postura habitual de impor restrições à Coreia do Norte, através de sanções apoiadas pela maior parte (exceto a China) do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas é a escolha mais comum (JACOBS; MARLOW, 2022). Frente à Coreia do Norte, o desafio é justamente a aliança trilateral promover políticas internacionais de uma forma democrática e com um diálogo aberto a negociações legítimas para com o país norte-coreano sem intensificar a instabilidade regional e respeitando a Coreia do Norte.

Diante do exposto, percebeu-se como o entorno regional da Ásia Oriental, caracterizado por sua instabilidade e constante disputa, promoveu uma ação reativa por parte do Japão, através tanto de reformulações domésticas quanto no fortalecimento de alianças com países vizinhos. Mas, isso instiga a reflexão: quais caminhos o Japão poderá seguir diante de uma região que desafia a continuidade do pacifismo japonês?

Para tanto, é interessante identificar as duas alternativas sobre o que a conjuntura de segurança na região asiática pode se tornar, conforme apresentado por Buzan (2003). A primeira, é que se tornaria uma região conflituosa devido aos fortes nacionalismos, ao profundo ressentimento da China e da Coreia do Sul em relação ao imperialismo japonês, à presença de duas potências nucleares, China e Coreia do Norte, além de outros Estados que também possuem armas nucleares, e a presença de embates entre os países. Nesse contexto, dois elementos principais determinarão o futuro dessa região: 1) a adoção ou não pela China de uma postura agressiva em relação aos seus vizinhos; e 2) a manutenção ou diminuição da posição de potência dos Estados Unidos, o que garantiria uma certa estabilidade asiática.

Já outro caminho possível seria um regime de segurança no qual, mesmo com a existência de conflitos, os países seriam mais abertos ao diálogo e se mostrariam dispostos a cooperar. Nesse sentido, Buzan (2003) aponta que as principais condições para que essa alternativa seja possível é que a China, apesar de se tornar uma grande potência da região, seja vista como “benigna” por seus vizinhos. Além disso, os Estados Unidos poderiam optar por continuarem ativos enquanto ator que possui a capacidade de contrabalançar a China na região e, por essa razão, garantir certa estabilidade.

Nesse sentido, é importante ressaltar que, no cenário contemporâneo, o Japão provavelmente optará por continuar se aliando aos Estados Unidos para enfrentar, não militarmente, mas, economicamente, a China. Isso se deve ao fato de que, apesar de o Japão ter passado por uma acentuada remilitarização com Shinzō Abe, isso ainda não significa que ele se tornou um país plenamente militar, uma vez que o uso da autodefesa coletiva é possível somente com diversas restrições. Dessa forma, apesar da nova atuação japonesa mais proativa

no cenário internacional, não se visualiza um horizonte no qual os embates e os fortes nacionalismos conflitantes sejam superados.

Logo, diante do seu contexto regional, é provável que o Japão mantenha o seu processo de renascimento militar em curso. Resta saber em qual intensidade, ao passo que Kishida não manteve o mesmo ritmo acelerado de remilitarização de Shinzō Abe e suas reformulações na política de defesa apresentadas em dezembro de 2022 (KOSUKE, 2022), apesar de intensas, devem ser analisadas quando colocadas em prática. Ainda assim, vale nos atentarmos a como os desafios conjunturais, como o belicismo norte-coreano, contribuem para que alianças sejam fortificadas, conforme visualizado no desenvolvimento da cooperação trilateral Japão-Estados Unidos-Coreia do Sul que se deu após os mais recentes eventos por parte da Coreia do Norte.

REFERÊNCIAS

ANADOLU AGENCY STAFF. Leaders of US, Japan, South Korea discuss cooperation to counter threat from North Korea. **Anadolu Agency**. 13 de novembro de 2022. Disponível em: <https://www.aa.com.tr/en/asia-pacific/leaders-of-us-japan-south-korea-discuss-cooperation-to-counter-threat-from-north-korea/2736735>. Acesso em: 8 dez. 2022.

BRITES, Pedro Vinícius Pereira. **As dinâmicas regionais do Nordeste Asiático e o pivô norte-coreano**. 2018. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2018. 270 f. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/183290/001078039.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 nov. 2022.

BUZAN, Barry. Security architecture in Asia: the interplay of regional and global levels. **The Pacific Review**, [S.l.], v. 16, n. 2, p. 143-173, 2003.

CARLETTI, Anna; DIAS, Maurício Luiz Borges Ramos Dias. A Política Externa de Shinzō Abe (2012-2019): uma nova orientação japonesa. **Cadernos de Relações Internacionais e Defesa**, Santana do Livramento, v. 2, n. 2, p. 23-43, 2020.

DIAS, Maurício Luiz Borges Ramos. **A Política Externa de Shinzō Abe (2012-2019) e o Novo Caminho Japonês**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Pampa, Relações Internacionais, 2019. 133 f.

HUGHES, Christopher W. Japan's Strategic Trajectory and Collective Self-Defense: Essential Continuity or Radical Shift?. **The Journal of Japanese Studies**, [S.l.], v. 43, n. 1, p. 93-126, 2017.

JACOBS, Jennifer e IAIN, Marlow. U.S., Japan, and South Korea Impose Sanctions to Punish North Korea for Missile Tests. **TIME**, 1 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://time.com/6238185/new-north-korea-sanctions/>. Acesso em: 8 dez. 2022.

KOSUKE, Takahashi. Japan's Major Turning Point on Defense Policy - Three new security documents prepared by the Kishida administration mark a new era in Japan's post-war security strategy. **The Diplomat**. 17 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://thediplomat.com/2022/12/japans-major-turning-point-on-defense-policy/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

OROS, Andrew L. **Japan's security renaissance: new policies and politics for the twenty-first century**. Nova York: Columbia University Press, 2017.

PANDA, Jagannath. Beyond North Korea: The Japan-South Korea-US Trilateral in the Indo-Pacific. **The Diplomat**. 23 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://thediplomat.com/2022/02/beyond-north-korea-the-japan-south-korea-us-trilateral-in-the-indo-pacific/>. Acesso em: 8 dez. 2022.

SHIN, Mitch. Facing North Korea 's Missile Threats, South Korea, US, Japan Reaffirm Joint Commitment. **The Diplomat**. 15 de novembro de 2022. Disponível em: <https://thediplomat.com/2022/11/facing-north-koreas-missile-threats-south-korea-us-japan-reaffirm-joint-commitment/>. Acesso em: 7 dez. 2022.

TIEZZI, Shannon. China Expresses 'Grave Concern' Over South Korea-US Military Drills - Beijing is throwing its weight behind Pyongyang's claim that its missile tests are a necessary defensive response. **The Diplomat**, 16 de março de 2023. Disponível em: <https://thediplomat.com/2023/03/china-expresses-grave-concern-over-south-korea-us-military-drills/>. Acesso em: 26 jun. 2023.